

Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais

RESOLUÇÃO N. 08/2020

Dispõe sobre o Exame de Qualificação de Doutorado

O Colegiado do Curso de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

- Art. 1° O Exame de qualificação no processo de formação em nível de doutorado tem por finalidades:
- I Avaliar o domínio por parte do doutorando dos fundamentos científicos na área de Educação;
- II Verificar a qualidade e a pertinência do material de tese apresentado para avaliação.
- Art. 2° O exame de qualificação deverá ser realizado do 18° ao 36° mês do curso, sendo este o prazo máximo para aprovação, conforme disposto no Art. 69 das Normas Gerais de Pós-graduação.
- Art. 3° O doutorando que não realizar o exame de qualificação até o 36° mês do curso, sem justificativa, ou não obtiver aprovação nesse exame até essa data, será automaticamente desligado do Programa.
- § 1° Caso o orientador julgue que o doutorando não poderá cumprir o prazo estipulado no *caput* deste artigo, deverá solicitar ao Colegiado, via intranet do PPGE, e até 90 dias antes do término do prazo regulamentar, a prorrogação de prazo do exame de qualificação, apresentando justificativa do não cumprimento do disposto nesta Resolução.
- § 2° No caso de solicitação de prorrogação de prazo de exame de qualificação, o Colegiado analisará documentação enviada dentro do prazo estipulado no § 1° deste artigo e julgará sobre a questão.
- Art. 4° Para estar apto a prestar o exame de qualificação, o doutorando deve já ter concluído no mínimo 80% dos créditos e ter seu projeto aprovado pelo Colegiado e pelo COEP, quando for o caso.
- Art. 5° O orientador do doutorando encaminhará ao Colegiado a solicitação de realização do exame de qualificação por meio de formulário eletrônico, preenchido via sistema minhaufmg, no qual devem constar os dados dos professores membros da banca de avaliação, a data e a hora do exame.
- Art. 6° O estudante deverá entregar os seguintes documentos diretamente à banca de avaliação:

Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social Faculdade de Educação

Universidade Federal de Minas Gerais

- a) Projeto de tese aprovado pelo Colegiado, juntamente com o parecer.
- b) Relatório (de no máximo 6.500 caracteres com espaço), explicitando: (i) experiência acadêmica desenvolvida no percurso do doutoramento; (ii) avaliação do trabalho atual da tese em relação ao projeto e parecer aprovados; (iii) encaminhamentos finais e cronograma, tendo em vista a finalização da tese.
- c) Material da tese, contendo no mínimo: (i) uma proposta completa de sumário; (ii) apresentação geral da tese, indicando objeto, originalidade, discussão teórica e pesquisa empírica esta última ainda que parcialmente realizada; (iii) um capítulo completo da tese; (iv) um capítulo parcial da tese; (v) bibliografia.
- Art.7° A banca examinadora será constituída pelo orientador e outros dois professores, dos quais um será necessariamente externo à UFMG, e será aprovada pelo Colegiado.

Parágrafo único - A critério do orientador, poderão ser indicados um ou dois membros suplentes para a banca examinadora.

- Art. 8° Recomenda-se que cada membro da banca examinadora, excetuado o orientador, apresente um parecer escrito detalhado da avaliação realizada, que será anexado ao parecer final.
- Art. 9° A banca examinadora deverá apresentar um parecer final detalhado baseado nos pareceres individuais e na discussão realizada no momento do exame de qualificação, com avaliação indicativa:
- I Da condição acadêmica do candidato para a obtenção do título de Doutor em Educação;
- II Da qualidade do trabalho apresentado, do ponto de vista da relevância do tema, adequação teórico-metodológica e pesquisa empírica;
- III De sugestões para modificações estruturais e/ou aprofundamento de estudos e pesquisa empírica.
- Art. 10 No parecer final de que trata o Art. 9º desta Resolução, a banca examinadora deverá considerar o aluno:
- I Aprovado, quando em plenas condições de realizar a defesa da tese no prazo.
- II Aprovado com ressalvas, no caso de o material da tese apresentar inconsistências que podem comprometer sua defesa no prazo previsto;
- III Reprovado, quando o material de tese apresentar inconsistências não solucionáveis para o cumprimento do prazo da defesa.
- § 1º No caso previsto no inciso II deste artigo, o doutorando terá um prazo de até três meses para apresentar novamente o material da tese à banca, que procederá novo parecer.
- § 2º A reprovação no exame de qualificação implica desligamento do curso.

Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais

- Art. 11 O exame de qualificação será realizado em sessão pública ou sessão restrita aos membros da banca e ao doutorando, a critério do orientador e do orientando em comum acordo.
- Art. 12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Programa.
- Art.13 Ficam revogadas as resoluções 01/1993, 01/1997, 04/2001, 05/2008, 03/2010, 08/2017.
- Art. 14 A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Esta Resolução foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social em reunião do dia 31 de agosto de 2020.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2020.

Profa. Dra. Andrea Moreno Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social